

PARTE I

O ESTADO

O Estado⁽¹⁾

Gostava que fosse instituído um prémio, não de quinhentos, mas de um milhão de francos, com direito a coroas, medalhas e fitas, para quem conseguisse encontrar uma definição simples, concisa e inteligível para a seguinte palavra: ESTADO.

Que tremendo serviço estaria essa pessoa a prestar à Sociedade!

O Estado! O que é? Onde está? O que faz? O que deveria fazer?

Tudo o que dele sabemos é que se trata de um personagem misterioso. É, sem sombra de dúvidas, o personagem mais solicitado, mais atormentado, mais ocupado, mais aconselhado, mais acusado, mais invocado e mais instigado que existe no mundo.

Isso parece-me tão evidente que, mesmo não tendo a honra de conhecer o meu caro leitor, não hesitaria

⁽¹⁾ *L'État* (Paris: Guillaumin, 1849, disponível em <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k56881118>, em conjunto com *Maudit Argent!*, conforme referido na nota 17 da Parte II). (N. do Org.)

em apostar aqui prontamente que, durante os últimos seis meses, lhe passaram pela ideia umas quantas utopias, que certamente gostaria de tornar realidade, e que de bom grado encarregaria o Estado de implementar.

Da mesma forma, estou certo que também a minha querida leitora deseja, do fundo do seu coração, acabar com todos os males da nossa triste Humanidade, e que não se sentiria minimamente embaraçada se o Estado se propusesse a fazê-lo.

Mas, para mal dos seus pecados, o Estado, coitado, como Figaro, não sabe quem escutar nem para que lado se virar. As cem mil bocas da imprensa e da tribuna gritam-lhe simultaneamente:

«Organizai o trabalho e os trabalhadores.

Acabai com o egoísmo.

Reprimi a insolência e a tirania do capital.

Fazei experiências com o estrume e com os ovos.

Sulcai o País com caminhos-de-ferro.

Irrigai as planícies.

Reflorestai as montanhas.

Criai fazendas-modelo.

Fundai *ateliers*.

Colonizai a Argélia.

Dai leite às crianças.

Educai a juventude.

Socorrei os idosos.

Enviai para o campo os habitantes das cidades.

Equilibrai os lucros de todas as indústrias.

Emprestai dinheiro, e sem juros, àqueles que o pedirem.

Libertai a Itália, a Polónia e a Hungria.

Elevai e aperfeiçoi o cavalo de sela.
Incentivai a arte, formai mais músicos e bailarinas.
Proibi o comércio e, ao mesmo tempo, criai uma
marinha mercante.

Descobri a Verdade e plantai nas nossas cabeças a
semente da Razão. O Estado tem por missão esclare-
cer, desenvolver, aumentar, fortalecer, elevar e santi-
ficar a alma dos povos.»

— Eh! meus senhores, tende um pouco de paciên-
cia — responde o Estado, com um ar penoso. — Ten-
tarei satisfazer-vos, mas, para isso, preciso de recursos.
Já mandei orçamentar a criação de cinco ou seis novos
impostos, que serão os mais benéficos do mundo.
Muito em breve poderão testemunhar o prazer com
que toda a gente os pagará.»

Contudo, levanta-se logo um grande clamor: «Alto!
Alto! Qual é o mérito de fazer o que lhe compete,
quando tem os recursos necessários para isso? Por que
razão se haveria de chamar Estado? Nós não quere-
mos novos impostos, mas sim que sejam revogados os
que já existem! Acabai com:

O imposto sobre o sal;

O imposto sobre as bebidas;

O imposto sobre a correspondência;

O imposto sobre a circulação de mercadorias;

As patentes;

As contribuições.»

No meio desse tumulto, e depois de duas ou três
reformas do Estado, por este não conseguir satisfazer
todos aqueles pedidos, decidi mostrar aos meus con-
cidadãos que muitos dos seus desejos são, na verdade,

contraditórios. Mas, meu Deus! no que me fui meter! Porque não guardei para mim essa infeliz constatação?

Só arranjei maneira de me desacreditar aos olhos de todos eles. Hoje em dia, sou visto como um homem *sem coragem e sem coração*, um filósofo insensível, um individualista, um burguês ou, resumindo numa só expressão, um economista da escola inglesa ou americana.

Ah! Perdoem-me, escritores sublimes, a quem nada demove, nem mesmo as contradições. Estou enganado, sem dúvida, e retiro o que disse, de bom grado. Não desejo outra coisa senão que tenham conseguido descobrir, à nossa revelia, um ser benfeitor e inesgotável que se chama Estado, que tem pão para todas as bocas, trabalho para todos os braços, capital para todos os empreendimentos, crédito para todos os projectos, bálsamo para todas as feridas, alívio para todos os sofrimentos, conselhos para todas as perplexidades, soluções para todas as dúvidas, verdades para todas as inteligências, distracção para todos os aborrecimentos, leite para a infância, vinho para a velhice, que satisfaz todas as nossas necessidades, atende a todos os nossos desejos, esclarece todas as nossas curiosidades, corrige todos os nossos erros, conserta todas as nossas falhas e dispensa-nos a todos, daqui em diante, de previdência, prudência, julgamento, sagacidade, experiência, ordem, economia, temperança e iniciativa.

E porque não havia eu de desejar tudo isso? Deus me perdoe, mas, de facto, quanto mais reflecto sobre o assunto, mais reconheço que se trata de uma ideia conveniente e que também para mim seria muito

proveitoso ter ao meu alcance essa fonte inesgotável de riqueza e de clarividência, esse remédio universal, esse tesouro sem fundo, esse conselheiro infalível a que chamam Estado.

É por isso que vos peço que me mostrem, que me definam essa entidade, e foi por isso que me lembrei de instituímos um prêmio para quem primeiro descobrisse tal fénix. É que, infelizmente, terão de concordar que essa preciosa descoberta ainda não foi alcançada, ou não fosse verdade que, até hoje, tudo o que se apresentou sob o nome de Estado foi, mais tarde ou mais cedo, derrubado pelo Povo, justamente porque não cumpriu as promessas um tanto contraditórias do respectivo programa.

Será preciso explicar por que razão? Pois bem, creio que temos vindo, nestas matérias, a ser seduzidos por uma das mais bizarras ilusões que o espírito humano alguma vez inventou.

O homem repudia a dor e o sacrifício. Contudo, vê-se condenado, pela natureza, à dor da privação, se não aceitar o sacrifício do trabalho. Assim, vê-se condenado a escolher entre esses dois males.

Como fazer para os evitar aos dois? Até agora, o homem só descobriu uma maneira, e não prevejo que alguma vez descubra outra: *aproveitar-se do trabalho de outrem*; fingir que os sacrifícios e as satisfações não recaem sobre cada um de nós, na sua proporção natural, e pensar que todo o sacrifício cabe a alguns e todas as satisfações a outros. Daí surge a escravatura e também a espoliação, nas suas diversas formas: guerras, embustes, conflitos, interdições, fraudes, etc., abusos

monstruosos, mas coerentes com o pensamento que os fez nascer. Devemos odiar e combater os opressores, mas não podemos dizer que sejam incoerentes.

A escravatura já vai desaparecendo, graças a Deus, ao passo que a tendência dos seres humanos para defenderem o seu bem-estar faz com que a espoliação directa e descarada não seja assim tão fácil hoje em dia. Contudo, uma coisa não desapareceu até hoje: esse instinto primitivo e lamentável que impele os homens a dividir em duas partes o complexo legado da vida, remetendo para os outros o sacrifício, e guardando para si a satisfação. Resta-nos esclarecer sob que nova aparência se manifesta essa triste predisposição.

O opressor já não age directamente sobre o oprimido com as suas próprias forças. Não, a nossa consciência tornou-se demasiado escrupulosa para isso. Ainda existem tiranos e vítimas; porém, coloca-se entre eles um intermediário, que é o Estado – ou seja, a própria Lei. Existirá algo mais propício a silenciar os escrúpulos ou, melhor ainda, a vencer as resistências? Portanto, todos nós, seja a que título for, quer com este, quer com aquele pretexto, dirigimo-nos constantemente ao Estado. Dizemos-lhe: «Não me agrada a minha actual proporção de sacrifícios e satisfações. Gostaria muito que, para restabelecer um equilíbrio desejável, me fosse dada alguma da satisfação de outra pessoa. Mas isso é perigoso. Será que não me podeis ajudar? Talvez atribuir-me um bom emprego, ou atrapalhar um pouco os negócios dos meus concorrentes? Ou quiçá emprestar-me algum dinheiro gratuitamente, já que podeis arrecadá-lo a quem

pertence? Ou ainda educar meus filhos a expensas do povo? Ou conceder-me prémios de incentivo? Talvez assegurar o meu bem-estar quando eu chegar aos 50 anos? Desse modo, alcançava o meu objectivo com a consciência plenamente tranquila, pois seria a própria Lei a agir por mim, concedendo-me as vantagens da espoliação sem que tenha de me sujeitar aos riscos e às inimizades que ela acarreta!»

Visto ser certo que, por um lado, todos nós fazemos ao Estado pedidos semelhantes a estes, e que, por outro, o Estado não pode satisfazer os pedidos de uns sem que, ao mesmo tempo, sobrecarregue os outros com mais trabalho, creio que posso, enquanto esperamos por outra definição de Estado, apresentar eu uma sugestão por minha conta. Quem sabe se não acaba até por ganhar o prémio! Aqui está ela:

*O Estado é a grande ficção pela qual todos tentam
viver à custa uns dos outros.*

É que, hoje em dia, e à semelhança do que já acontecia no passado, toda a gente (uns mais, outros menos) vê com bons olhos a possibilidade de se aproveitar do esforço alheio. Contudo, ninguém se atreve a admiti-lo – nem aos outros, nem a si mesmo; e portanto, o que se tem feito? Tem-se imaginado um intermediário, o Estado, a quem cada classe social se dirige, à vez: «Vós que podeis, leal e honestamente, tributar quem quiserdes, tributai a população e deixai que partilhemos da receita.» Infelizmente, o Estado revela uma tendência irremediável para seguir esse

conselho diabólico, já que é composto de ministros, de funcionários, enfim, de homens que, como todos os outros, sentem no coração o desejo de aumentar a sua influência e a sua riqueza, aproveitando prontamente todas as oportunidades que tenham para isso. O Estado não demora a aperceber-se de como tirar partido das funções que o Povo lhe confia. Afinal de contas, ele será o árbitro, o senhor de todos os destinos; poderá arrecadar grandes quantias de impostos, parte dos quais guardará para si; multiplicará os seus agentes e aumentará o âmbito das suas competências, acabando assim por adquirir proporções avassaladoras.

Mas o que ainda nos falta notar é a espantosa cegueira da população perante tudo isto. Quando os soldados triunfantes faziam dos sobreviventes vencidos seus escravos, podemos acusá-los de serem bárbaros, mas não incoerentes. O seu objectivo, à semelhança do nosso, era viver à custa de alguém; e, como nós, não deixaram de o fazer. Contudo, o que devemos achar de um Povo que, ao que parece, não suspeita que a *pilhagem recíproca* não deixa de ser pilhagem só pela sua reciprocidade; que não deixa de ser criminosa só porque é levada a cabo de forma legal e ordeira; que não acrescenta nada ao bem-estar da população; mas que, pelo contrário, esse bem-estar até diminui, apesar do quanto nos custa esse intermediário dispendioso a que chamamos Estado?

E foi essa grande fantasia que, para rejubilo do Povo, inserimos no frontispício da Constituição. Eis as primeiras palavras do preâmbulo:

«A França constitui-se numa República para (...) encaminhar todos os cidadãos para um nível cada vez mais elevado de moralidade, de discernimento e de bem-estar.»

Portanto, é a França, ou seja, a *abstracção*, quem encaminha os franceses, ou seja, a *realidade*, para os mais altos padrões de moralidade, de bem-estar, etc. Não significa isto que estamos possuídos por uma bizarra ilusão que nos leva a esperar tudo de uma energia que não a nossa; que nos leva a acreditar que existe, para além dos franceses, um ser virtuoso, esclarecido e rico, que pode e deve derramar sobre nós as mais diversas benesses? Não significa isto que admitimos – sem dúvida, com tremenda ingenuidade – que há entre a França e os franceses, entre a simples denominação abreviada, abstracta, de todas as individualidades, e essas próprias individualidades, uma espécie de relação de pai e filho, de tutor e pupilo, de professor e aluno? Bem sei que, às vezes, se afirma metaforicamente que a pátria é uma mãe carinhosa. Mas se quisermos apanhar em flagrante delito a futilidade daquele preceito constitucional, basta mostrar que o mesmo pode ser revertido, não só sem inconvenientes, mas até, diria eu, com proveito. Será que a exactidão sairia prejudicada se o preâmbulo fosse o seguinte:

«Os franceses constituem-se numa República para encaminhar a França para um nível cada vez mais elevado de moralidade, de discernimento e de bem-estar?»

Ora, para que nos serve então um axioma cujo sujeito e o predicado podem trocar de posição sem

que daí resulte qualquer inconveniente? Toda a gente entende quando se diz que a mãe amamentará o seu filho. Mas seria ridículo dizer-se que o filho amamentará a sua mãe.

Os americanos tinham em mente uma diferente relação entre os cidadãos e o Estado, quando colocaram no início da sua Constituição estas simples palavras:

«Nós, o Povo dos Estados Unidos, a fim de formar uma União mais perfeita, estabelecer a Justiça, assegurar a tranquilidade interna, organizar a defesa comum, promover o bem-estar geral, e garantir, para nós e para os nossos descendentes, os benefícios da Liberdade, promulgamos...»

Aqui não há invenções quiméricas nem *abstracções* às quais os cidadãos tudo possam exigir. Eles não esperam nada senão de si mesmos e da sua própria energia.

Se tomei a liberdade de criticar as primeiras palavras da nossa Constituição, não foi, como se poderia supor, para me ocupar com uma simples subtileza metafísica. A minha intenção é mostrar que essa *personificação* do Estado sempre foi e continuará a ser uma fonte fecunda de calamidades e de revoluções.

Portanto, eis o Povo, de um lado, e o Estado, do outro, como se fossem dois seres distintos, este com o dever de distribuir, e aquele com o direito de reclamar toda uma torrente de felicidades e satisfações humanas. O que é que sucederá?

De facto, o Estado não é maneta, nem pode sê-lo. Ele tem duas mãos: uma para receber e outra para distribuir; por outras palavras, a mão incómoda e a mão

delicada. A acção da segunda está necessariamente dependente da da primeira.

Em bom rigor, o Estado pode também retirar sem depois distribuir. Isso explica-se pela natureza porosa e absorvente das suas mãos, que retêm sempre uma parte e às vezes até a totalidade daquilo em que tocam. Mas o que nunca se viu e nunca se verá, por ser impossível de conceber, é que o Estado devolva ao Povo mais do que lhe retirou. Portanto, é de facto tolamemente que andamos sempre em seu redor feitos mendigos. É radicalmente impossível conceder uma vantagem particular a alguns dos indivíduos que constituem a comunidade, sem com isso infligir um prejuízo superior à comunidade inteira.

O Estado encontra-se, portanto, num círculo manifestamente vicioso, em resultado das nossas exigências.

Se recusar o bem que lhe é exigido, é acusado de incapacidade, de má vontade, de incompetência. Se tentar realizar o que lhe pedem, vê-se condenado a cobrar impostos redobrados, a fazer mais mal do que bem, e a atrair para si, desse modo, a insatisfação geral.

Assim, coexistem no povo duas esperanças e no Governo duas promessas: *muitos benefícios e nenhum imposto*. Esperanças e promessas que, por serem contraditórias, nunca se concretizarão em simultâneo.

Não será essa a causa de todas as nossas revoluções? É que, entre o Estado que se perde em promessas contraditórias e o povo que concebeu esperanças irrealizáveis, vêm interpor-se dois tipos de homens: os

ambiciosos e os idealistas. A própria situação indicavos tudo o que precisam de fazer. Basta que gritem aos ouvidos do Povo: «Os que estão no Poder só vos enganam; se fôssemos nós a mandar, encher-vos-íamos de benesses e libertar-vos-íamos dos impostos.»

E o Povo acredita, e o Povo anseia, e o Povo faz uma revolução.

Mal estes amigos se tenham instalado no Poder, logo o Povo lhes vem cobrar o prometido: «Dêem-me, então, trabalho, comida, assistência, crédito, educação e colónias; e ao mesmo tempo, tal como prometeram, livrem-me também das garras do Fisco.»

É claro que o novo *Estado* acaba por não fazer melhor figura que o Estado velho, pois quando se trata do impossível, bem se pode prometer, mas nunca se conseguirá cumprir. Ele tenta ganhar algum tempo, do qual precisa para amadurecer os seus vastos projectos. Primeiro, vai fazendo umas tentativas envergonhadas: um ligeiro aumento do ensino primário; umas modificações no imposto das bebidas (1830). Mas a contradição acaba sempre por aparecer diante de si: se quiser ser filantropo, vê-se forçado a permanecer tributário; se renuncia à tributação, tem de deixar também a filantropia.

Estas duas promessas acabarão sempre por se impedir mutuamente. Usar o crédito, isto é, devorar o futuro, tem sido uma maneira moderna de as conciliar; tenta-se fazer um pouco de bem no presente à custa de muito mal no futuro. Mas essa abordagem invoca o espectro da bancarrota, que depressa espantará o crédito. O que fazer nesse momento? Aí o novo

Estado revela-nos o seu vigor: reúne forças para se manter no Poder, abafa a opinião, recorre à arbitrariedade, ridiculariza os seus antigos princípios, declara que não pode governar a não ser com medidas impopulares; em suma, proclama-se *administrativo*.

E é aí que outros demagogos aparecem. Exploram a mesma ilusão, trilham os mesmos caminhos, obtêm o mesmo sucesso e acabam engolidos no mesmo abismo.

Foi assim que chegámos a Fevereiro^(?). Nessa época, a ilusão que descrevemos no presente ensaio havia penetrado mais do que nunca nas ideias do Povo, através das doutrinas socialistas. Mais do que nunca, esperava-se que o Estado, sob a forma republicana, abrisse sem pudor a fonte das benesses e fechasse a dos impostos. «Têm-me enganado bastante, dizia o Povo, mas desta vez vou assegurar-me de que isso não volta a acontecer.»

O que é que o Governo Provisório poderia fazer? Infelizmente, o que todos os governos fazem em semelhantes circunstâncias: prometer e ganhar tempo. E ele não fez por menos: para dar mais solenidade às suas promessas, fixou-as através de decretos: «Aumento do bem-estar, redução da carga de trabalho, assistência, crédito, ensino gratuito, colónias agrícolas, limpeza das terras e, ao mesmo tempo, redução dos impostos sobre o sal, as bebidas, a correspondência, a carne,

(?) Revolução francesa de fevereiro de 1848, também conhecida por 'Revolução de Fevereiro', que marcou a queda de Luís Filipe I e a implantação da II República. (*N. do Org.*)

tudo será concedido... quando a Assembleia Nacional se reunir.»

A Assembleia Nacional reuniu-se e, como não se podem realizar duas contradições, a sua tarefa, a sua triste tarefa, limitou-se à revogação, o mais delicadamente possível, um após o outro, de todos os decretos do Governo Provisório.

Entretanto, para não tornar a decepção demasiado cruel, foi preciso alguma condescendência. Certos compromissos foram mantidos, outros foram vagamente postos em prática. E é por isso que a actual administração se esforça constantemente por inventar novos impostos.

Olhando para daqui a uns meses, pergunto-me, com tristeza na alma, o que acontecerá quando os novos agentes do Fisco andarem por esse País fora para cobrar os novos impostos sobre as heranças, sobre as rendas, sobre os lucros da exploração agrícola. Que o Céu desmintas os meus pressentimentos, mas suspeito que os demagogos vão ter mais um papel para desempenhar.

Leiam o mais recente Manifesto dos Montanhistas⁽³⁾, emitido a propósito das eleições presidenciais. Ele é um tanto extenso, mas, no fim de contas pode resumir-se em duas palavras: *O Estado deve dar muito aos cidadãos e tirar-lhes pouco*. É sempre a mesma táctica ou, se quisermos, o mesmo erro.

(3) 'A Montanha' (*La Montagne*) foi um partido político francês, fundado em 1849, cuja ideologia se baseava nos princípios do socialismo democrático. (*N. do Org.*)

«O Estado deve oferecer instrução e educação gratuitas a todos os cidadãos.»

Deve:

«Proporcionar uma cultura geral e profissional adequada, tanto quanto possível, às necessidades, às vocações e às capacidades de cada cidadão.»

Deve:

«Ensinar-lhe os seus deveres para com Deus, para com os homens e para consigo; desenvolver-lhe os sentimentos, as aptidões e as faculdades; conceder-lhe, enfim, a ciência do seu trabalho, a inteligência dos seus interesses e o conhecimento dos seus direitos.»

Deve:

«Colocar ao alcance de todos as letras e as artes, o património do pensamento, os tesouros do espírito, todas as alegrias intelectuais que elevam e fortificam a alma.»

Deve:

«Reparar todo o sinistro, incêndio, inundação, etc. (este *et cetera* contém bem mais do que o seu comprimento deixa antever) que se venham a abater sobre um cidadão.»

Deve:

«Intervir nas relações entre o capital e o trabalho e tornar-se o regulador do crédito.»

Deve:

«Dar à agricultura um incentivo sério e uma protecção eficaz.»

Deve:

«Adquirir os caminhos-de-ferro, os canais, as minas» e, sem dúvida, administrá-los também, com a capacidade empresarial que o caracteriza.

Deve:

«Promover os empreendimentos visionários, encorajando-os e ajudando-os com todos os recursos capazes de os fazer triunfar. Enquanto regulador do crédito, deverá patrocinar substancialmente as associações industriais e agrícolas, a fim de assegurar o seu sucesso.»

O Estado deve fazer tudo isto, sem prejuízo dos serviços que já vem prestando hoje em dia. Por exemplo, deverá também adoptar uma atitude de constante ameaça ao estrangeiro; isto porque, como dizem os signatários do programa, «unidos por esta santa solidariedade e pelos precedentes da França republicana, nós invocamos os nossos desejos e as nossas esperanças bem para lá das barreiras que o despotismo eleva entre as nações: o direito que queremos para nós, queremos-lo também para todos os que sejam oprimidos pelo jugo de tiranos; queremos que nosso exército glorioso seja também, se for caso disso, o exército da liberdade.»

Por aqui se vê como a mão delicada do Estado, essa boa mão que dá e distribui, ficará muito ocupada durante o governo dos Montanhistas. O meu caro leitor suspeita, porventura, que o mesmo acontecerá também com a mão incómoda, essa mão que nos entra nos bolsos para os esvaziar?

Pois desengane-se. Os populistas não chegariam longe nessa profissão se não tivessem a arte e o engenho para esconder a mão incómoda enquanto revelam a mão delicada.

O reino deles será certamente o júbilo do contribuinte.

«É sobre as coisas supérfluas, e não sobre as necessárias – dizem eles –, que os impostos devem incidir.»

Não serão esses uns bons tempos em que, em troca de benesses, o Fisco se contentará simplesmente com aquilo de que já nem precisamos?

Isso não é tudo. Os Montanhistas desejam que «o imposto perca o seu carácter opressivo e não seja mais do que um acto de fraternidade.»

Bendito seja Deus! Eu já me tinha apercebido da moda de colocar a fraternidade em todo o lado, mas nunca imaginei que tivesse lugar na liquidação de imposto.

Chegando aos detalhes, os signatários do programa proclamam:

«Queremos a abolição imediata dos impostos que incidam sobre os bens de primeira necessidade, tais como o sal, as bebidas, *et cetera*.»

«Queremos a reforma do imposto predial, dos impostos sobre a circulação de mercadorias, das patentes.»

«Queremos uma justiça gratuita, isto é, a simplificação dos procedimentos e a redução dos custos.» (Referem-se, certamente, aos emolumentos e selos oficiais)

Portanto, imposto predial, de mercadorias, do selo, do sal, das bebidas, dos correios; todos revogados. Esses senhores só podem ter descoberto uma receita secreta para dar à *mão delicada* do Estado uma actividade ardente, ao mesmo tempo que mantêm paralisada a sua *mão incómoda*.

Tanto melhor, mas eu pergunto ao leitor imparcial: não se trata tudo isto de uma infantilidade? Mais

ainda: de uma infantilidade perigosa? Como é que o Povo não há-de fazer revoluções atrás de revoluções, se estiver decidido a parar apenas quando conseguir concretizar esta contradição: «Nada dar ao Estado e dele tudo receber!»

Será credível que, se os Montanhistas chegarem ao Poder, não serão também vítimas das mesmas estratégias que hoje empregam para o conquistar?

Cidadãos, em todas as eras existiram dois sistemas políticos em disputa, ambos sustentados por bons argumentos. Segundo um deles, o Estado deve fazer muito, mas deve também arrecadar bastante. Segundo o outro, o Estado deve fazer-se sentir ao mínimo, quer numa quer noutra vertente. É entre esses dois sistemas que temos de escolher. Quanto ao terceiro sistema, inspirado nos outros dois, e que consiste em tudo exigir do Estado, sem nada lhe dar em troca, ele é simplesmente quimérico, absurdo, pueril, contraditório, perigoso. Aqueles que o propõem, servindo-se dele para acusar todos os governos de incompetência e assim motivar as vossas revoluções, não passam de uns bajuladores, que nada mais fazem do que enganar-vos – ou enganar-se a si mesmos.

Quanto a mim, acredito que o Estado não é – ou não deveria ser – outra coisa que não a *força comum* instituída para garantir a cada um o que lhe pertence e fazer reinar a justiça e a segurança, ao invés de servir como instrumento de opressão e de espoliação recíproca entre todos os cidadãos.